

Mas não nos enganemos. Uma hipótese dessa natureza não poderá se realizar nem pelo contágio de exemplos singulares, nem pela instigação das burocracias de Estado. Ela implica um destino antropológico, uma visão de mundo e uma opção social cuja urgência pode ser avaliada pela extensão da síndrome patrimonial e por sua interpretação.

Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atitudes conservatórias que o acompanham, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI: incerto da direção em que o orientam a ciência e a técnica, busca um caminho no qual elas possam libertá-lo do espaço e do tempo para, de forma diferente e melhor, deixar que os invista.

A dispersão fatal desse museu desperdiça o vivo interesse dos arqueólogos e artistas pelo estudo dos vestígios. Com isso, a ciência alargou seu campo de atividades e se tornou mais dinâmica; bons escritores reuniram-se à elite de nossa escola de pintura para dar a conhecer os tesouros da antiga França. Esses trabalhos, que se multiplicaram durante os últimos anos, não tardaram a produzir bons resultados nas províncias. Criaram-se centros de estudo, monumentos foram preservados da destruição, as câmaras municipais e comunais destinaram verbas para esse fim, o clero foi impedido de fazer as reformas descabidas que um gosto equivocado por renovação impunha aos edifícios sagrados.

Esses esforços, porém, produziram apenas resultados incompletos: faltava à ciência um centro que dirigisse e orientasse as boas intenções manifestadas em quase todos os cantos da França; era preciso que o impulso viesse da própria autoridade superior e que o Ministro do Interior, não se limitando apenas a propor às Câmaras uma alocação de recursos para a conservação dos monumentos franceses¹, impusesse uma orientação esclarecida ao zelo das autoridades locais.

1. F. Rücker indica que ele em vão procurou indícios de uma tal proposição nas deliberações das Câmaras, em 1830. A primeira alocação de recursos para a conservação dos monumentos data de 1831.

ANEXO

Relatório apresentado ao rei em 21 de outubro de 1830 por Guizot, Ministro do Interior, para que se criasse o cargo de inspetor geral dos monumentos históricos na França.

Vossa Alteza,

Os monumentos históricos que cobrem o solo da França causam admiração e inveja à Europa erudita. Tão numerosos quanto os dos países vizinhos e mais variados, eles não pertencem apenas a uma determinada época da História, mas formam uma série completa e sem lacunas; desde os druidas até os nossos dias, não há uma época memorável da arte e da civilização que não tenha deixado em nossa terra monumentos que a representem e expliquem. Assim, ao lado de túmulos gauleses e de pedras celtas, temos templos, aquedutos, anfiteatros e outros vestígios da dominação romana que podem rivalizar as obras-primas da Itália — a época da decadência e das trevas também nos legaram seu estilo irregular e degradado; mas quando os séculos XI e XII trouxeram de volta ao Ocidente a luz e a vida, surge uma arquitetura nova, que assume em cada uma de nossas províncias uma fisionomia distinta, embora marcada por um caráter comum: mistura singular da antiga arte dos romanos, do gosto e do capricho oriental, das inspirações ainda confusas do gênio germânico. Esse tipo de arquitetura serve de transição para as maravilhosas construções góticas que, durante os séculos XIII, XIV e XV se seguiram ininterruptamente, cada dia mais leves, mais ousadas, mais ornamentadas, até o momento em que, sucumbindo sob a própria riqueza, elas enfraquecem, tornam-se mais pesadas e terminam por dar lugar à graça elegante

mas passageira da Renascença. Tal é o espetáculo que nos oferece esse maravilhoso encadeamento de nossas antiguidades nacionais e que faz de nosso solo tão precioso objeto de pesquisas e estudos.

A França não pode ficar indiferente a essa parte notável de sua glória. Já nos séculos precedentes, a alta erudição dos beneditinos e de outros sábios mostrara, nos monumentos, a fonte de grandes luzes históricas; mas, no que diz respeito à arte, ninguém ainda percebera sua importância.

Ao final da Revolução Francesa, artistas esclarecidos, que haviam assistido ao desaparecimento de grande número de monumentos preciosos, sentiram a necessidade de preservar o que havia escapado à devastação: o museu dos Petits-Augustins, fundado pelo senhor Lenoir, preparou a retomada dos estudos históricos e fez que fossem apreciadas todas as riquezas da arte francesa.

A dispersão fatal desse museu despertou o vivo interesse dos arqueólogos e artistas pelo estudo dos vilarejos; com isso, a ciência alargou seu campo de atividades e se tornou mais dinâmica; bons escritores reuniram-se à elite de nossa escola de pintura para dar a conhecer os tesouros da *antiga* França. Esses trabalhos, que se multiplicaram durante os últimos anos, não tardaram a produzir bons resultados nas províncias. Criaram-se centros de estudo; monumentos foram preservados da destruição; as câmaras municipais e comunais destinaram verbas para esse fim; o clero foi impedido de fazer as reformas descabidas que um gosto equivocado por renovação impunha aos edifícios sagrados.

Esses esforços, porém, produziram apenas resultados incompletos: faltava à ciência um centro que dirigisse e orientasse as boas intenções manifestadas em quase todos os cantos da França; era preciso que o impulso viesse da própria autoridade superior e que o Ministro do Interior, não se limitando apenas a propor às Câmaras uma alocação de recursos para a conservação dos monumentos franceses¹, impusesse uma orientação esclarecida ao zelo das autoridades locais.

1. F. Rücker indica que ele em vão procurou indícios de uma tal proposição nas deliberações das Câmaras, em 1830. A primeira alocação de recursos para a conservação dos monumentos data de 1831.

A criação do cargo de inspetor geral dos monumentos históricos da França parece-me responder a essa necessidade. A pessoa a quem se confiar essa função deverá antes de mais nada procurar meios de dar às intenções do governo um caráter de conjunto e de regularidade. Para isso, ela deverá percorrer, um após outro, todos os departamentos da França, certificar-se *in loco* da importância histórica ou do valor artístico dos monumentos, colher todas as informações referentes à distribuição dos documentos ou objetos acessórios que podem esclarecer sobre a origem, os progressos ou a destruição de cada edifício; verificar sua existência recorrendo a todos os depósitos, arquivos, museus, bibliotecas ou coleções particulares; entrar em contato direto com as autoridades e as pessoas que se dedicam a pesquisas relativas à história de cada localidade. Deverá informar os proprietários sobre a importância dos edifícios cuja conservação depende de seus cuidados e estimular, enfim, orientando-o, o zelo de todos os conselhos de departamento e das municipalidades, de forma que nenhum monumento de valor incontestável pereça em razão da ignorância ou da precipitação e sem que as autoridades competentes tenham feito todo o possível para garantir sua preservação, e de modo também que a boa vontade das autoridades ou dos particulares não se esgote em objetos indignos de seus cuidados. Esse equilíbrio entre o cuidado e a indiferença na conservação dos monumentos só pode ser alcançado por meio de múltiplos contatos que só um inspetor poderá estabelecer; ele prevenirá qualquer reclamação e dará aos espíritos mais renitentes a consciência da necessidade que tem o governo de zelar ativamente pelos interesses da arte e da História.

O inspetor geral dos monumentos históricos deverá preparar, nessa primeira e grande viagem de inspeção, um catálogo preciso e completo dos edifícios ou monumentos isolados que mereçam séria atenção do governo; cuidará para que, na medida do possível, esse catálogo seja acompanhado de desenhos e de plantas, e enviá-los-a, sucessivamente, ao Ministério do Interior, onde serão classificados e consultados, quando necessário. Deverá se empenhar em escolher em cada localidade principal um correspondente, que submeterá à aprovação do Ministro, e ele próprio deverá estabelecer contatos oficiais com as autoridades locais. Os

préfets (administradores) dos departamentos serão informados primeiro sobre as instruções do inspetor geral dos monumentos históricos da França, recebendo, depois, excerto do catálogo geral relativo a cada departamento. O *préfet* dará conhecimento deles a todos os conselhos e autoridades aos quais possam interessar.

O inspetor geral dos monumentos históricos deverá fazer o maior número possível dessas viagens de inspeção, organizando o seu roteiro, a cada ano, com base nos pareceres dos *préfets* e dos correspondentes autorizados pela administração. No caso de destinação de verbas do fundo para a conservação dos monumentos da França, ou de despesas análogas votadas pelos departamentos ou pelas comunas, o inspetor geral dos monumentos históricos deverá ser consultado.

Os emolumentos anuais desse funcionário serão de oito mil francos.

O valor da ajuda de custo para viagens será fixado posteriormente.

Le Moniteur de 18 de outubro de 1830.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- ABDELKAFI, D. *La Médina de Tunis*. Paris, Presses du CNRS, 1990.
- ABÉ, Y. "Les débuts de la conservation au Japon moderne: idéologie et historicité", *ACHA* (1980).
- ACADÉMIE FRANÇAISE. *Dictionnaire*, 1ª ed., Paris, 1694.
- Actes de la Conférence d'Athènes sur la conservation des monuments d'art et d'histoire*, publicado pelo Institut de coopération intellectuelle da SDN, Paris, 1933.
- ADHÉMAR, J. *Influences antiques dans l'art du Moyen Age français*. Londres, Instituto Warburg, 1939.
- ALBERTI, L. B. *Della famiglia — Opere volgari*. C. Grayson (org.). Bari, Laterza, 1960.
- _____. *De re ædificatoria*. G. Orlandi (org.). Milão, Il Polifilo, 1966.
- ALSOP, J. *The Rare Art Traditions. The History of Collecting and its Linked Phenomena*. Princeton-Nova Iorque, Harper and Row, 1982.
- ANDROUET DU CERCEAU, J. *Livre d'architecture contenant cinquante bâtiments*. Paris, 1559.
- ASHBOURNE, Iorde. *Grégoire and the French Revolution*. Londres, Sand and Co., 1910.
- AUBREY, J. *Monumenta britannica: chronologica architectura*. Londres, 1670.

* As obras não editadas citadas (teses, dissertações diversas) não figuram nesta lista. Para a bibliografia de G. Giovannoni, cf. Del Bufalo. A abreviatura ACHA remete a *Acts of the XXVth Congress of the History of Art* (1980), v. III, The Pennsylvania State University Press, 1989.